



Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime): primeiros resultados

First Innovative business program (Prime): First results

Recebido em 02.10.2013. Aprovado em 02.10. 2013
Avaliado pelo sistema *double blind review*

17

Taís Oliveira de Freitas

taishinha.freitas@hotmail.com

Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) – Rio de Janeiro –RJ - Brasil

Joysi Moraes

joysimoraes@yahoo.com.br

Programa de Pós-graduação em Gestão e Empreendedorismo da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF)
Niterói – Rio de Janeiro –RJ - Brasil.

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir o espaço que o Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime) ocupa no âmbito do apoio e financiamento de projetos de empresas nascentes. O Prime é operado pela FINEP e conta com apoio de incubadoras de empresas de diversas regiões d país, que atuam como agentes operacionais descentralizados do programa. Para atingir o objetivo, a pesquisa descreveu como funciona o programa, apresentou e analisou seus primeiros resultados, sendo possível identificar quais foram seus pontos negativos, na visão dos agentes operacionais, e seus pontos positivos no âmbito do financiamento de empresas nascentes, bem como as principais características dos projetos contratados pelo Prime.

Palavras-chaves: Programa Prime. Incubadoras de empresas. Financiamento público à inovação. Empresas nascentes.

Abstract

The aim of this paper is to discuss the space that the program First Innovative Company (Prime) holds under start-ups project financing and support. Prime is operated by FINEP and has the support of business incubators in various regions of the country, that operate as decentralized agents of the program. To achieve the goal, the research describes how the program works, shows and analyzes the program's first results, being possible to identify which were its negative points, in view of operational staff and their strengths in the financing of emerging companies, as well as main characteristics of projects contracted by Prime.

Keywords: Prime program. Business incubators. Public funding for innovation. Start-ups.

Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime): primeiros resultados

Introdução

Segundo o Diretor do SEBRAE Nacional, Carlos Alberto Santos (PORTAL EXAME, p. 1, 2010), os pequenos negócios no Brasil geram 20% do PIB e 52% dos empregos. Este resultado é obtido, mesmo convivendo com baixa disponibilidade de capital, dificuldades de crédito, problemas de liquidez, baixa produtividade e acesso restrito a mercados. Como destacam Alli e Sauaya (2004), é o dinamismo do conjunto destas pequenas empresas que contribui para o aquecimento da economia do Brasil, criando novos postos de trabalho e gerando renda. Entender pelo menos parte do processo de financiamento destas pequenas empresas é fundamental para conhecer a atividade empreendedora no Brasil.

Neste artigo, o que se aborda é exatamente um dos principais programas de financiamento de pequenos negócios, o Programa Primeira Empresa Inovadora (PRIME), desenvolvido pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A instituição sempre teve tradição no apoio às incubadoras de empresas, mas não diretamente às empresas incubadas ou da área de abrangência das incubadoras. Com a mudança do marco legal, que permite o apoio a empresas, através de subvenção econômica (*grants*), e com a rede de relacionamento com as incubadoras, foi possível desenhar um programa que preenchesse uma lacuna comumente encontrada nas empresas nascentes, principalmente as de base tecnológica, o apoio à gestão.

Há que se destacar, ainda, que entre os diversos problemas enfrentados está a transformação das idéias em negócios e, ato contínuo, a consolidação e manutenção destes novos empreendimentos. Nesse sentido, as incubadoras de empresas têm um papel essencial, na medida em que podem ajudar a viabilizar a transformação de idéias em negócios. Por isto mesmo, também têm um lugar de destaque neste artigo. Tais incubadoras, principalmente aquelas ligadas a entidades públicas, desempenham um papel social muito importante, pois ao dividir os custos e riscos de um empreendimento que, inicialmente, não é atrativo para o setor privado, oferece a oportunidade de fortalecimento e desenvolvimento a esses empreendedores, aumentando as chances de consolidação do negócio no mercado (GEM, 2010).

Para discutir o espaço que o Programa Prime, operado pela FINEP, ocupa no apoio às empresas nascentes, o trabalho está estruturado em oito seções. A primeira é a própria introdução. Na segunda, é destacado o papel das incubadoras de empresas. Na terceira, são abordadas as formas de financiamento a empresas nascentes. Na quarta, aborda-se, especificamente, o Programa Prime. Na quinta seção são apresentados os procedimentos metodológicos, seguidos da apresentação e análise dos dados. Na sétima seção, as considerações finais, seguidas das referências utilizadas ao longo do texto.

Incubadoras de empresas

No Brasil, dados referentes ao impacto das incubadoras na determinação da vida útil das empresas ainda estão sendo coletados e analisados, paulatinamente. Entretanto, as estimativas do SEBRAE (2010) já indicam a existência de um padrão semelhante ao que ocorre na Europa, assinalando que 80% das empresas que nascem fora de incubadoras não sobrevivem mais do que um ano. São dados que mostram a grande importância que o processo de incubação possui diante da consolidação de novos negócios no país, já que há uma grande deficiência, principalmente no apoio gerencial e legal às empresas nascentes.

Este apoio inicial é necessário porque as empresas nascentes esbarram em problemas como falta de experiência gerencial, gastos elevados com documentos, certidões, licenças, encargos trabalhistas e outros tributos. Há também a dificuldade de conseguir capital de giro, de obter financiamentos e, posteriormente, quitar a dívida, seja com instituições privadas ou com investidores informais; existe a dificuldade da falta de

estrutura física (espaço, móveis, máquinas, internet, telefone etc.) e a dificuldade de estabelecer uma rede de relacionamentos que seja “produtiva” para a empresa, bem como de prospectar novos clientes.

Diante dessas dificuldades, as incubadoras podem proporcionar o ambiente mais adequado à estruturação e fortalecimento das empresas nascentes, na medida em que oferecem apoio gerencial, estrutura física e acompanham o desenvolvimento do negócio nessa fase crítica. Ademais, o bom relacionamento com os demais agentes que interagem e fazem parte do processo empreendedor, como as universidades, institutos e centros de pesquisa, agências de apoio e fomento etc., também contribuem para o aproveitamento das oportunidades de negócio e para o sucesso dos novos empreendimentos de forma significativa (DORNELAS, 2002).

Ressalta-se, *a priori*, que uma das primeiras descobertas da pesquisa em pauta foi a importância das incubadoras de empresas para que o Programa Prime pudesse ser levado a todas as regiões do Brasil. Isto porque as **incubadoras de empresas são agentes intermediários entre a FINEP e as empresas beneficiadas com o financiamento do Programa Prime**. Por este motivo, aparecem em destaque no texto.

Dias e Carvalho (2002) consideram que o início do movimento de incubadoras se deu nos Estados Unidos (EUA), na década de 1950, com o fechamento de uma grande fábrica em Nova Iorque e a decisão dos proprietários do espaço onde estava localizada a fábrica de “hospedar”, nas instalações abandonadas, pequenas empresas que precisavam de apoio para se desenvolver. Ressalta-se, também, que, no mesmo período, no Vale do Silício (EUA), teve início o Parque Tecnológico da Universidade de Stanford, que foi parte de uma iniciativa de investimento na transferência de conhecimentos das universidades para as empresas como forma de alavancar o desenvolvimento de novas tecnologias, além da criação de novas empresas de base tecnológica.

Na Europa, o movimento no sentido de dar suporte às empresas nascentes teve início na Inglaterra a partir do fechamento de uma subsidiária da *British Steel Corporation*, o que estimulou a abertura de novas empresas utilizando, principalmente as de pequeno porte, a estrutura física deixada pela antiga subsidiária que fora fechada. Praticamente, repetindo o modelo norte-americano (DIAS e CARVALHO, 2002).

Apesar dos esforços com objetivo de impulsionar a criação de novos negócios, o movimento de incubadoras, só passou a tomar maiores proporções nos EUA a partir das décadas de 1970 e 1980, após a grande recessão da economia norte-americana. Foi no final da década de 1970 e início da década de 1980 que governos locais dos Estados Unidos e Europa Ocidental, universidades e instituições financeiras se reuniram para impulsionar e resgatar o processo de industrialização de regiões pouco desenvolvidas ou em declínio em virtude da crise (MANUAL PARA IMPLANTAÇÃO DE INCUBADORAS, 2000).

No Brasil, esse movimento teve origem na década de 1980, mais precisamente em 1985, com a fundação da incubadora de São Carlos, em São Paulo. Destaca-se, também, que no Brasil, a década de 1980 foi marcada por uma grande crise, fruto de anos anteriores de alta da inflação e descontrole interno da economia. De certo modo, a partir desta crise, o apoio institucional às empresas nascentes também foi impulsionado pela crise, na perspectiva de desenvolver o parque industrial do país.

Segundo Dornelas (2002, p. 12), eram apenas sete (7) o número de incubadoras no Brasil até o início dos anos 1990 e em 1995, após a crise já eram 27. Segundo o autor, este aumento também pode ser explicado, em grande parte, pelo período de maior estabilidade econômica iniciado desde a implantação do Plano Real, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ademais, foi um período em que o cenário da economia mundial não passava por turbulências e o Brasil passara por reformas em sua economia, principalmente por mudanças organizacionais, tecnológicas e de gestão buscando ser mais competitivo internacionalmente (LOPES, 2003, p. 85). O que se observa, segundo o relatório da pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2010), no Brasil e no mundo, é que o movimento de incubadoras, historicamente, está vinculado à atividade empreendedora.

Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime): primeiros resultados

Na pesquisa realizada pelo consórcio GEM e divulgada em 2010, o número de empreendedores por oportunidade segue em crescimento desde o ano de 2003. No ano de 2010, a relação entre os empreendedores por oportunidade e por necessidade chegou a 2,1. Ou seja, para cada empreendedor por necessidade há 2,1 empreendedores por oportunidade, número superior a países com grande desenvolvimento tecnológico, como o Japão (1,8), Coréia (1,5) e Taiwan (2,0). Destaca-se que a relação brasileira de empreendedorismo por oportunidade e por necessidade está bem próxima à maioria dos países pesquisados pelo GEM (2010), que foi de 2,2 empreendedores por oportunidade para cada 1 empreendedor por necessidade.

A pesquisa indica que o aumento do número de pessoas que iniciam um negócio por oportunidade reflete o aumento do desenvolvimento econômico de um país. Empreendedores por oportunidade decidem iniciar um novo negócio por enxergarem no mercado boas oportunidades de crescimento. Já os empreendedores por necessidade empreendem por ser esta a melhor - e às vezes única - alternativa diante da falta de oportunidades profissionais. No caso dos empreendedores por oportunidade, na maioria das vezes, segundo o GEM (2010), o que se constata é que há uma melhor preparação profissional do empreendedor e que este também possui melhores condições financeiras e de sustentabilidade que aumentam as condições do negócio ser bem sucedido (GEM, 2010).

Como o próprio termo sugere, incubadoras de empresas são espaços físicos oferecidos por empresas, instituições, universidades etc. que têm como objetivo prestar apoio e assistência aos recém-nascidos, ou seja, às micro e pequenas empresas em fase inicial de suas operações, período em que o empreendimento encontra-se em estado de maior vulnerabilidade perante o mercado. Esse apoio na fase inicial do ciclo de vida de uma empresa é essencial para o seu fortalecimento e construção de bases sólidas que a ajudará a se tornar uma empresa competitiva, o que, segundo Dornelas (2001, p.2), é um dos principais objetivos do processo de incubação de empresas.

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, p. 1, 2011), “as incubadoras de empresas são instituições que auxiliam no desenvolvimento de micro e pequenas empresas nascentes e em operação, que buscam a modernização de suas atividades para transformar idéias em produtos, processos e serviços”. Para Lalkaka e Bishop *apud* Dornelas (2002), incubadora de empresa é definida como um ambiente projetado e gerenciado para prestar apoio a novos empreendimentos. Esse apoio vai desde a infraestrutura necessária no estágio inicial de desenvolvimento do negócio, instalações – como equipamentos, telefone, rede de internet, computadores, laboratórios etc. -, até o apoio da estruturação da rede de relacionamentos, apoio gerencial, consultorias, acessórias etc.

A *National Business Incubation Association* (NBIA, 2011, p.1) ressalta que um fator crítico para a definição de incubadoras é a provisão de apoio gerencial aos novos empreendimentos. Para a Associação, as incubadoras aceleram o processo das *startups* provendo os novos empreendimentos de recursos e serviços que têm o objetivo principal de que as empresas incubadas deixem as incubadoras financeiramente viáveis e que sejam capazes de “caminhar com os próprios pés” no mercado.

A saber, as empresas que buscam as incubadoras, além de receberem suporte gerencial, administrativo e mercadológico, recebem apoio técnico para o desenvolvimento do seu produto. Com isso, o empreendimento pode ser acompanhado desde a fase de planejamento até a consolidação de suas atividades com apoio de especialistas (SEBRAE, 2011, p.1). Em tempo, segundo o Manual para implantação de incubadora de empresas (2000, p. 09), na Europa, estima-se que a taxa de mortalidade entre as empresas nascentes que passam pelo processo de incubação é reduzida a 20% para as empresas que passam pelo processo de incubação, contra 70% de mortalidade das empresas nascentes que não passam pelo processo.

Quanto à classificação dessas incubadoras, o Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal (MCT, 2011, p.1) entende que sejam três (3) os tipos centrais: Incubadora de Empresas de Base Tecnológica: é a

incubadora que abriga empresas cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas, e nos quais a tecnologia representa alto valor agregado. **Com forte estímulo do Programa Prime, embora não exclusivamente.** Incubadora de Empresas dos Setores Tradicionais: é a incubadora que abriga empresas ligadas aos setores tradicionais da economia, as quais detêm tecnologia largamente difundida e queiram agregar valor aos seus produtos, processos ou serviços por meio de um incremento no nível tecnológico. Devem estar comprometidas com a absorção ou o desenvolvimento de novas tecnologias. Incubadoras Mistas: é a incubadora que abriga empresas de base tecnológica e empresas dos setores tradicionais.

Formas de financiamento a empresas nascentes

Dados do Banco Mundial (*DOING BUSINESS*, 2011) que avaliam 183 nações, posicionam o Brasil em 129º lugar. Tal relatório indica que: 1) abrir uma empresa no Brasil pode demorar até 120 dias, período próximo aos de Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Venezuela; 2) para começar um negócio, no Brasil, são necessários 15 procedimentos legais, somente Uganda e Guiné Equatorial têm burocracia maior; 3) o número de procedimentos para obter propriedade intelectual é próximo ao da Uganda e Nigéria, quatorze; 5) como lembra André Lahoz (EXAME, 2004, p. 1), a demissão de um empregado custa em média 41 salários, o que fomenta a informalidade, neste tópico o Brasil só e mais caro que Serra Leoa, Laos, e Guatemala; além disso, fechar uma empresa pode levar 10 anos. Neste último quesito empatamos com Índia e Chade.

Na fase inicial de desenvolvimento de um negócio, por exemplo, os **investimentos informais** apresentam-se como a forma mais acessível de financiamento para o novo empreendedor. Os investidores informais podem ser pessoas da família, amigos, e até mesmo a economia pessoal é considerada investimento informal. Para Dornelas (2008), a decisão de emprestar ou não o dinheiro não se dará com base em fatores relacionados ao rendimento do dinheiro aplicado no negócio, e sim como uma forma de auxílio a um amigo conhecido e que inspira credibilidade. Esse financiamento pode se dá por meio de empréstimo - gerando dívida - ou por meio de participação no negócio.

Apesar dos investimentos informais representarem uma forma importante e mais vantajosa para o empreendedor em termos de custos, ela vem apresentando números decrescentes ao longo dos últimos anos na maioria dos países pesquisados pelo GEM. Entre os países do G7 com investimentos informais, Estados Unidos e França apresentaram taxas de pouco menos de 4%, enquanto Itália, Alemanha, Japão e Reino Unido apresentaram taxas entre 1% e 2%. Rússia e Brasil também tiveram taxas baixas, com cerca de 1%, enquanto a China apresentou uma taxa muito mais elevada, cerca de 6% (GEM, 2009). Estes números vêm decrescendo, possivelmente, devido às crises financeiras que afetam o mundo, especialmente a que teve seu colapso em 2008 (GEM, 2009). Por outro lado, o GEM Brasil (2010, p. 62) destaca que pais, amigos e familiares representam cerca de 70% dos investidores para novos empreendimentos.

Há também os chamados **angel investors** (investidores“anjos”). Geralmente, pessoas que assumem riscos buscando alternativas para obter melhor rentabilidade para o seu capital. É este investidor que disponibiliza o *seed money* (capital semente) necessário para a criação de muitos negócios (DORNELAS, 2008). Esse tipo de investidor é muito mais comum nos Estados Unidos, mas, no Brasil, também vêm ganhando popularidade. O primeiro grupo de investidores anjo no Brasil foi fundado em 2004, o Gávea Angels. A associação surgiu a partir de pesquisas realizadas no laboratório Gênesis, da PUC-RJ (BOTELHO, 2011).

Os **bancos de varejo** também são opções para o empreendedor com negócio em fase inicial. A vantagem do empréstimo em bancos comerciais é que se constitui em uma forma rápida de acesso ao capital. O problema é que os empréstimos são tomados a taxas elevadas em uma fase em que não há segurança sobre o retorno

Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime): primeiros resultados

do negócio para a futura quitação da dívida. Além disso, são exigidas garantias como contrapartida que muitas das empresas em fase inicial de desenvolvimento não podem oferecer. A ausência de garantias reais eleva o risco do financiamento, elevando também o seu custo para o empreendedor.

Outra forma de financiamento conhecida, mas não tão acessível, é o **capital de risco** ou **venture capital**. De acordo com o GEM (2009), “a participação desse tipo de investimento, em número de empresas, é reduzida, porém, as contribuições das empresas que foram bem sucedidas no mercado para a economia global foram gigantescas”. Empresas de base tecnológica e com alto grau de inovação em seus produtos ou processos são as mais visadas pelo capital de risco.

Dornelas (2008) ainda ressalta que os *angels* são geralmente grandes bancos ou grupos de investimento que buscam um retorno muito acima da média do mercado para o capital investido. Do mesmo modo, o autor também lembra que, devido ao alto valor dos investimentos, são raríssimos os casos em que o capital de risco é aplicado em *start-ups*. Geralmente, empresas que recebem capital de risco são aquelas que estão em fase inicial de crescimento (não apenas de abrir o negócio), apresentam grande potencial de bons resultados no mercado e se mostram competentes, tanto no âmbito da gestão quanto na qualidade tecnológica e grau de inovação e alto valor agregado de seus produtos ou serviços.

De acordo com informações da Associação Brasileira *Private Equity e Venture Capital* (ABVCAP, p. 1, 2011), com base nos dados do 2º Censo Brasileiro da Indústria de *Private Equity e Venture Capital*, o investimento em empresas nascentes no Brasil cresce 35% ao ano e as companhias em estágio inicial de desenvolvimento representam 41% dos aportes de capital de risco no país. Ainda, segundo a ABVCAP (2011), a expectativa é que as áreas que receberão mais recursos dos fundos de investimento sejam as de tecnologia da informação, infraestrutura, energia e combustível, farmacêutica e serviços, principalmente, para as classes C e D.

Ressalta-se, ainda, que, quando a empresa ultrapassa as primeiras dificuldades relativas ao seu nascimento, ou seja, quando já está em fase de consolidação do negócio, existem outras alternativas de investimento que podem ser viabilizadas, tais como a **abertura de capital em bolsa de valores**, ou oferta pública de ações (*Inicial Public Offering* - IPO).

Os pontos centrais na questão da abertura e consolidação de novos negócios são as possíveis implicações ou benefícios para o desenvolvimento econômico e social de um país. Certamente, desenvolvimento econômico e social diretamente associado à capacidade de investir em novos empreendimentos e idéias inovadoras, principalmente aqueles negócios vinculados à ciência e tecnologia, como é o caso das empresas de base tecnológica (BAÊTA, BAÊTA-LARA e MELO, 2006). O que está por trás desta questão do desenvolvimento é o quanto o governo participa no sentido de buscar prover condições para que os empreendedores se sintam estimulados a investir em novas empresas, haja vista que o Estado como um todo é o principal beneficiário, tanto no que diz respeito à sociedade civil quanto à sociedade política. Por isto mesmo, no Brasil, há apoio governamental institucionalizado em Programas vinculados à FINEP, por exemplo. Pois, embora o investimento em inovação seja fundamental para o desenvolvimento de um país, existem fatores que dificultam o investimento em inovação por parte do capital privado, como dos mercados financeiros (HALL; CARPENTER e PETERSEN, *apud* LUNA *et al*, 2008).

Um desses fatores é o alto grau de incerteza quanto aos resultados e retornos desse tipo de investimento, o que eleva o seu risco. Também a percepção de risco entre investidores e empreendedores faz com que aumente a diferença entre o custo do capital próprio e o custo do capital de terceiros, fazendo com que, na maior parte das vezes, seja menos caro para o empreendedor utilizar recursos próprios. Além disso, contribui para aumentar o risco o baixo nível de garantias inerente a esse tipo de investimento. Por estas razões, Luna *et al* (2008), indicam que países com mercados relativamente bem desenvolvidos de *venture capital* e de ações têm vantagem na produção de bens de alta tecnologia.

Nas empresas nascentes, os fundadores normalmente são pesquisadores, que desconhecem todas as variáveis financeiras, mercadológicas e de produção envolvidas na gestão de um negócio. Os recursos advindos de novos sócios (*angels*, fundos de *seed* ou fundos de *venture capital*), não só introduzem novos recursos financeiros, como aportam inteligência de mercado e *network*. Contudo, nem todos os negócios são capazes de gerar interesse em investidores, basicamente por dois motivos - incapacidade de alavancagem por ausência de conhecimento do mercado ou baixa taxa de atratividade, como por exemplo, os medicamentos para doenças negligenciadas, que são produtos que só atingem a um nicho específico que não produz altos retornos, podendo ser, entretanto, considerado estratégico para o governo central.

Para as questões de aporte de gestão, facilitação na abertura e manutenção dos negócios, destaca-se o papel das incubadoras de empresas que historicamente realizam tais atividades; e para o último caso é fundamental o apoio do governo com programas e incentivos, como facilitador, por meio de políticas públicas e com a criação de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento de empresas de base tecnológica.

No que tange à ação governamental de apoio à inovação no Brasil, destaca-se o papel da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) como “agência de fomento à inovação”, uma organização que possui programas que se propõem a apoiar toda a cadeia de inovação, desde a pesquisa até a expansão e consolidação das empresas no mercado.

A FINEP é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Sua criação data de 24 de julho de 1967 e já nasce com objetivo de atuar como agência de fomento à inovação e desenvolvimento tecnológico, tanto para universidades, institutos tecnológicos quanto para empresas de capital privado, público ou misto, bem como outras instituições que se credenciem para receber apoio deste órgão. O objetivo maior da FINEP é promover, por meio desse fomento, a consolidação de novos empreendimentos, o apoio à pesquisa e fortalecimento de pequenas e médias empresas, colaborando para aumentar sua competitividade no mercado e promover o desenvolvimento do país (FINEP, 2011, p.1).

As formas de financiamento concedidas pela FINEP abrangem as modalidades não reembolsáveis, reembolsáveis e outras formas de financiamento (financiamento com encargos reduzidos, capital de risco e projetos cooperativos entre empresas e instituições e centros de pesquisa tecnológica). Os critérios de elegibilidade para as linhas de financiamento variam de acordo com o perfil da instituição. Cada programa promovido pela Financiadora visa ao atendimento de empresas com perfis diferentes. Há programas que auxiliam desde empresas nascentes (com até dois anos de existência) de base tecnológica até empresas já estabelecidas no mercado. A saber, a maior parte dos recursos da FINEP vem do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que apóia projetos de pesquisa e inovação desenvolvidos por universidades e instituições de ciência e tecnologia, com ou sem a parceria de empresas privadas. Entre as fontes de recursos da FINEP também estão o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), operado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND).

A FINEP atua por meio de programas que apresentam modalidades de financiamento reembolsável ou não reembolsável. Cada programa atende a um perfil específico. As modalidades de financiamento não reembolsáveis são voltadas para instituições públicas ou organizações privadas sem fins lucrativos que visam a realizar projetos de pesquisa tecnológica com um determinado grau de inovação em seus produtos finais ou processos, ou ainda a realização de eventos e seminários voltados ao intercâmbio de conhecimento entre pesquisadores. As modalidades de financiamento reembolsáveis são voltadas para instituições que comprovem condições de devolução do valor concedido e invistam em produtos de caráter inovador, estratégico para o país e em P&D (FINEP, 2011, p.1).

Atualmente, existem 11 programas divididos em quatro grandes linhas de ação: Linha 1 - apoio à inovação em empresas; Linha 2 - apoio às instituições científicas e tecnológicas; Linha 3 - apoio à cooperação entre

Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime): primeiros resultados

empresas e ICT's; e Linha 4 – apoio de ações de C&T para o desenvolvimento social. Na Linha 1, estão inseridos os seguintes programas:

Inova Brasil - financiamento com encargos reduzidos para a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas brasileiras;

Juro Zero – financia de forma rápida, sem exigir garantias reais e com burocracia reduzida para atividades inovadoras de produção e comercialização em pequenas empresas atuantes em setores priorizados pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE);

Inovar – busca a construção de fundos de aporte de capital de risco para investimento em empresas inovadoras. Também busca a realização de rodas de negócio, como o *Venture Forum FINEP*;

Subvenção Econômica - permite a aplicação de recursos públicos não reembolsáveis diretamente em empresas, para compartilhar com elas os custos e riscos inerentes a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

Prime - apoia empreendimentos nascentes com até dois anos de vida com recursos de subvenção econômica, durante 12 meses. Este é o programa em destaque nesta pesquisa;

14 Bis – tem o objetivo de identificar, planejar e promover projetos inovadores que utilizem a imensa oportunidade aberta pelos eventos esportivos de 2014 e 2016 para alavancar empresas brasileiras no país e no exterior e projetar uma imagem positiva do Brasil e;

PNI – o Programa Nacional de Incubadoras tem o objetivo de apoiar o planejamento, criação e consolidação de incubadoras de empresas e parques tecnológicos.

A Lei da Inovação, nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, prevê que deve se dar prioridade aos programas de governo cujo objetivo é fomentar a inovação, estimular o crescimento das regiões menos desenvolvidas do país e a Amazônia, promovendo ações que visam dotar a pesquisa e o sistema produtivo regional de maiores recursos humanos e capacitação tecnológica, bem como autoriza a União, estados, municípios, Distrito Federal e as respectivas agências de fomento a “estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas nacionais, ICT's e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos e processos inovadores” (PRESIDÊNCIA DA CASA CIVIL - Lei da Inovação, nº 10.973, p. 1).

Destaca-se, ainda, que, em 15 de março de 1971, a FINEP passou a ser a secretaria executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), criado em 1969, com objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários, de acordo com as políticas estabelecidas pelo governo de desenvolvimento científico e tecnológico. Porém, em 1997, após períodos de instabilidade financeira que fragilizaram o FNDCT, houve uma grande reforma empreendida pelos poderes Executivo e Legislativo, que constituíram novos fundos setoriais, isto é, fundos cujas dotações se originam em receitas dos principais setores da economia, destinados a produzir arrecadação para o FNDCT.

Compreendendo o Programa Prime

Conforme já mencionado anteriormente, o **Prime** faz parte do programa de apoio à inovação em empresas (Linha 1) e apoia empreendimentos nascentes com até dois anos de vida com recursos de subvenção econômica, durante 12 meses. É um dos programas operados pela FINEP, e tem como principal objetivo “criar condições financeiras favoráveis para que um conjunto significativo de empresas nascentes de alto

valor agregado possa consolidar com sucesso a fase inicial de desenvolvimento dos seus empreendimentos” (FINEP, 2011, p.1).

O programa resulta de prévia relação da FINEP com as principais incubadoras brasileiras através de convênios, e da possibilidade advinda da alteração do marco legal (Lei da Inovação), de subvencionar diretamente com recursos não-reembolsáveis (*grants*) as empresas com fins lucrativos. Dos programas listados, apenas os de capital de risco estavam estritamente relacionados ao apoio à empresa nascente, até o surgimento do Prime. Todos os demais programas poderiam produzir resultados positivos por externalidades, sem, no entanto, serem desenhados para apoiar especificamente *startups*.

O Prime foi concebido a partir de duas verificações principais (CAMARGO, 2010): o reconhecimento que o empreendedor, aqueles que concebeu a idéia para o desenvolvimento do projeto inovador, muitas vezes, para a própria subsistência e manutenção do negócio, precisa exercer atividades complementares que não as relacionadas ao próprio negócio e; a lacuna verificada pela FINEP - com experiência em atuar com programas de apoio a empreendedores e projetos de pesquisa científica - existente entre os empreendedores (que na maioria dos casos são pesquisadores ou profissionais de áreas demasiado técnicas) de exercer as funções gerenciais essenciais à inserção e estabelecimento da empresa no mercado, principalmente na fase crítica que representa os seus dois primeiros anos de existência. Muitas vezes, falta a esses profissionais o conhecimento adequado, experiência ou até mesmo o tempo que é necessário se dispensar para a boa gestão do negócio.

Com o intuito de preencher essa lacuna nas empresas nascentes de base tecnológica e permitir que o empreendedor se dedique integralmente ao desenvolvimento do produto e da idéia original do negócio que o PRIME foi idealizado pela Financiadora, em 2008 e implementado no início de 2009. Por conta da grande dimensão do Programa, principalmente devido à meta de levar o Prime a todas as regiões do país, a FINEP optou por sua descentralização por meio de agentes operacionais situados em diversos estados do Brasil. Isto é, foram selecionadas incubadoras de empresas de base tecnológica com experiência na incubação de empreendimentos dessa natureza, e que já haviam participado das chamadas públicas MCT/FINEP/Ação Transversal de 2006 e 2009, referentes ao PNI (Programa Nacional de Apoio a Incubadoras de Empresas), cujo objetivo é fomentar a consolidação e o surgimento de parques tecnológicos e incubadoras de empresas que contribuam para estimular e acelerar o processo de criação de micro e pequenas empresas. Atualmente, são dezessete as incubadoras contratadas pela FINEP que operacionalizam o programa Prime, conforme relacionadas na Tabela 1.

Essas incubadoras estão localizadas em diferentes regiões do país justamente para que empresas de todas as regiões possam ser beneficiadas. A partir do momento em que a FINEP contratou as incubadoras, elas se transformaram em agentes descentralizados e passaram a ser responsáveis pela seleção das empresas e/ou projetos a serem contemplados com o Prime. As incubadoras ficaram com a responsabilidade de divulgação do Programa, análise da documentação, prestação de contas e produção de relatórios de desempenho das empresas e/ou projetos que receberam financiamento.

Instituição	Sigla	UF
Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia	Cietec	SP
Fundação Instituto Pólo Avançado da Saúde de Ribeirão Preto	Fipase	SP
Fundação Vale-paraibana de Ensino	FVE/Univap	SP
Fundação Biominas	Biominas	MG
Fundação Mineira de Software	Fumsoft	MG
Instituto Nacional de Telecomunicações	Inatel	MG
Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia	Coppe/UFRJ	RJ

Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime): primeiros resultados

Instituto Gênesis	Gênesis/PUC-RJ	RJ
Pólo de Biotecnologia do Rio de Janeiro	BIORIO	RJ
Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas	Celta	SC
Instituto Gene Blumenau	Gene	SC
Incubadora Multissetorial de Empresas de Base Tecnológica	Raiar/PUC-RS	RS
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Faurgs	RS
Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial	Cide	AM
Parque Tecnológico da Paraíba	PAQTC-PB	PB
Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife	Cesar	PE
Centro Incubador de Empresas do Estado de Sergipe	Cise	SE

Tabela 1: Agentes Operacionais Prime

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FINEP (2009)

Esta descentralização, por meio de incubadoras, realizada pela FINEP possui uma vantagem ímpar, pois sem o apoio destas incubadoras de diferentes regiões do país o Programa não possuiria a capilaridade pretendida. Além disso, as incubadoras já possuem experiência em apoiar empresas em sua fase inicial de desenvolvimento, podendo contribuir de forma muito significativa com a seleção dos empreendimentos dentro do perfil exigido pelo Prime, com os devidos acompanhamentos dos projetos selecionados, pelo menos teoricamente. A FINEP segue a estratégia de operação descentralizada existente na Lei de Inovação, que é regulamentada pelo decreto 5.563/05 (CAMARGO, 2010).

O programa está estruturado basicamente através das fases de seleção de empreendimentos, aplicação de recursos e acompanhamento de projetos. A seleção de propostas obedece ao Manual de Seleção Pública da FINEP, e é executado pelas incubadoras conveniadas, que devem prestar contas e fornecer *feedback* à FINEP. Esse processo de avaliação e seleção foi composto por quatro fases de caráter eliminatório: Pré-qualificação; Análise da Proposta Simplificada; Treinamento obrigatório; e Análise da Proposta Detalhada.

Na *pré-qualificação* foi verificado se a empresa se adequava ao perfil de elegibilidade exigido pelo Programa, que era possuir até 24 meses de existência e estar devidamente registrada na Junta Comercial e se a empresa atendia aos objetivos do Prime. Também foi verificado o preenchimento completo dos formulários exigidos, a existência de contrapartida financeira e/ou não financeira no valor de 6 mil reais e a proposta simplificada, na qual o empreendedor deveria caracterizar a empresa e seu caráter inovador, descrevendo resumidamente o negócio, produtos, tecnologia e o mercado. Também deveria ser apresentado o conteúdo e o orçamento preliminar solicitado com recursos do KIT PRIME (itens apoiados pelo Programa). Na fase de *análise da proposta simplificada*, o objetivo desta fase é realizar uma pré-seleção das propostas pré-qualificadas que sejam aderentes aos objetivos do programa, especialmente no que se refere à caracterização da inovação tecnológica e à avaliação preliminar do empreendimento proposto. O *treinamento obrigatório*, pode ser virtual e presencial. O objetivo desses treinamentos era ajudar a desenvolver a visão de negócio do(s) empreendedor(es) e aperfeiçoar seu plano de negócios. Por fim, na *análise da proposta detalhada*, o objetivo é a avaliação e a seleção final dos projetos, com base numa análise detalhada dos planos de negócio apresentados. Os critérios de seleção das propostas detalhadas estão descritos na Tabela 2.

Critérios	Notas
1. Grau de inovação do produto/serviço	
2. Viabilidade e potencial de mercado	
3. Potencial de retorno econômico-financeiro	

4. Consistência do plano de implementação e a importância do KIT PRIME para a sua realização	
5. Qualidade e consistência da estratégia de marketing da empresa	
6. Qualificação da equipe da empresa com destaque para empreendedor e “controller”	
7. Qualidade e consistência das propostas de consultoria (escopo e equipe)	
Nota final	

Tabela 2: Critérios de Seleção da Proposta Detalhada

Fonte: *Manual de Seleção Pública (FINEP, 2009)*

As propostas foram analisadas por um Comitê de Avaliação de múltiplas instituições, tendo obrigatoriamente como membros um representante da FINEP e outro das incubadoras envolvidas. Além desses, a comissão era complementada por integrantes do SEBRAE, Banco do Brasil, *angel investor*, gestor de fundo de *venture capital* local etc. Nesta fase, as empresas que obtiveram média igual ou superior a 6,0 (seis) eram aprovadas.

Os recursos do Programa oriundos do FNDCT têm o valor fixo de 120 mil reais por empresa. Esse valor precisa ser alocado de acordo com a forma preestabelecida pelo Edital de Seleção Pública do Programa, como é mostrado na Tabela 3.

Item de apoio	Valor máximo alocado	Quantidade
1. Apoio ao empreendedor/especialista técnico	R\$ 40 mil	Até 2 pessoas
2. Apoio ao controller/gestor de negócios	R\$ 40 mil	1 pessoa ou 1 contrato de consultoria
3. Apoio à consultoria de mercado	R\$ 30 mil	1 contrato
4. Apoio a consultorias em áreas de gestão	R\$ 30 mil	Até 2 contratos

Tabela 3: Características dos itens de apoio do KIT PRIME

Fonte: *Edital de Seleção Pública PRIME (2009)*

Cada um dos 17 agentes operacionais traçou uma meta acerca do número de contratações de empresas a serem feitas de acordo com a sua capacidade de operação e atendimento às empresas. Essa meta variou de 75 a 120 empresas por agente. De acordo com o número de empresas contratadas, a FINEP liberou para esses agentes o montante correspondente ao valor de 120 mil reais por empresa contratada. Coube aos agentes repassar os recursos às empresas, que tiveram um prazo de 12 meses para a execução do projeto. A liberação dos recursos foi feita em duas etapas: a primeira, logo após a contratação e a segunda, seis meses após a primeira, mediante visita técnica na qual fosse constatado o bom andamento do projeto. Para a operação do Programa, os 17 agentes já haviam recebido o total de R\$ 5.115.600,00 a título de ajuda de custo para a prestação de serviços de apoio às empresas contratadas (FINEP – informações divulgadas internamente pelo DAEN, 2010).

É por meio do acompanhamento dos projetos que a FINEP controla a utilização, o andamento dos projetos e os resultados obtidos com o uso dos recursos liberados, tanto para os agentes descentralizados quanto para as empresas contratadas. Estima-se que a FINEP possua cerca de 50% do seu quadro funcional dedicados à análise e ao acompanhamento de projetos dos diversos programas que fazem parte das suas linhas de ação (Camargo, 2010). O Departamento de Apoio a Empresas Nascentes (DAEN) foi responsável pelo acompanhamento do programa Prime até o final de 2010. Atualmente, o Programa está sob responsabilidade do Departamento de Subvenção Regional (DSR) que, junto com o DAEN, faz parte da Área de Subvenção e Cooperação (ASC), ligada à Diretoria de Inovação (DRIN).

De acordo com informações retiradas da intranet da FINEP, as atribuições básicas da ASC são “Promover a pesquisa e a inovação das empresas brasileiras através de recursos da subvenção econômica, em

Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime): primeiros resultados

consonância com as políticas governamentais; identificar, propor e formular políticas, diretrizes e programas junto às instâncias deliberativas da FINEP”. Ao DSR cabe “Articular e acompanhar as ações de parceiros regionais na execução de programas descentralizados de subvenção a projetos de P&D e inovação em pequenas empresas; participar da elaboração das metodologias de acompanhamento e avaliar os resultados dos programas e projetos contratados”.

Procedimentos metodológicos

28

O presente trabalho pode ser classificado como uma pesquisa exploratória, pois embora se busque avaliar os primeiros resultados, o PRIME ainda se encontra na primeira rodada de aplicação de recursos, o objetivo é conhecer e explorar as características peculiares do programa citado. Segundo Cervo e Bervian (1996), o estudo exploratório é normalmente o passo inicial no processo de pesquisa pela experiência e auxílio no que diz respeito ao objeto de estudo e que traz conhecimentos significativos para pesquisas posteriores. “Os estudos exploratórios não elaboram hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar maiores informações sobre determinado assunto de estudo” (CERVO e BERVIAN, 1996, p.49). Vergara (2004), por sua vez, ainda lembra que essa modalidade de pesquisa não comporta hipóteses, devido à sua natureza de sondagem.

Seguindo a tipologia de Vergara (2004), quanto aos fins, o trabalho também pode ser classificado como uma pesquisa descritiva, porque busca descrever de modo estruturado a implementação pela FINEP do Programa PRIME, um programa de apoio a empresas nascentes, de modo descentralizado, fazendo uso de incubadoras de empresas como agentes regionais. Vergara (2004, p.47) salienta que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno e define sua natureza. “Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”. A autora cita como exemplo a pesquisa de opinião. Em outras palavras, a pesquisa descritiva apenas mostra um cenário de uma situação e busca expressá-la em números para deixá-la mais evidente.

Trata-se também de pesquisa exploratória, pois embora se busque avaliar os primeiros resultados, o PRIME ainda se encontra na primeira rodada de aplicação de recursos, e utilizando a caracterização de pesquisas proposta por Beuren et al (2007), a investigação será realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado não permitindo a construção de hipóteses.

Quanto aos meios, a pesquisa combina a pesquisa documental e bibliográfica. Documental, pois serão avaliados os relatórios das chamadas públicas para seleção de empreendimentos no programa, relatórios de resultados FINEP. Bibliográfica, em função de revisão da bibliografia que trata o assunto em termos nacionais e internacionais. O que diferencia estes meios de pesquisa é a natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se vale basicamente de contribuições trazidas por diversos autores, a pesquisa documental se apoia em materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 1991, p. 91). “Tais documentos podem ser aqueles conservados em órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. São os chamados documentos de ‘primeira mão’” (FERNANDES e GOMES, 2003, p.16).

Apresentação e análise dos resultados

No programa Prime, as 17 incubadoras contratadas foram acompanhadas diretamente pela equipe de analistas do DAEN (Departamento de Apoio a Empresas Nascentes). Porém, nem todas as empresas

contratadas pelas incubadoras puderam ser acompanhadas diretamente pela equipe por conta da limitação do número de analistas da FINEP dedicados ao acompanhamento do Prime.

As empresas que foram acompanhadas diretamente pela equipe do DAEN fazem parte de uma amostra aleatória significativa de cerca de 10% do total de empresas contratadas. Cada analista da equipe ficou responsável pelo acompanhamento direto de uma quantidade determinada de projetos e incubadoras. As demais empresas que ficaram fora da amostra de empresas acompanhadas diretamente juntamente com as pertencentes à amostra foram acompanhadas pelos agentes operacionais, que eram responsáveis por enviar relatórios de desempenho à FINEP. Lembrando que, ao contrário das empresas contratadas, todas as incubadoras foram acompanhadas pela equipe da FINEP.

Os dois principais instrumentos de acompanhamento dos projetos do Programa Primem foram as visitas técnicas e os relatórios técnicos parciais (RTP) e finais (RTF). O relatório técnico parcial é enviado pelas empresas acompanhadas semestralmente ou quando for solicitado. Esse relatório mostra o desenvolvimento parcial do projeto, contendo informações sobre as ações executadas até o momento, como os recursos estão sendo utilizados, quais as perspectivas e a prestação de contas parcial. Já o Relatório Técnico Final é apresentado à FINEP ao final do período de execução do projeto (doze meses após a contratação), contendo os resultados consolidados das ações executadas e a prestação de contas final.

Quanto às visitas técnicas, foram realizadas em duas etapas: a primeira visita, que era destinada a avaliar a incubadora contratada, verificando se os recursos repassados pela FINEP foram utilizados conforme descrito nos relatórios enviados ao DAEN, e a segunda visita, que foi feita à empresa responsável pelo projeto e teve o objetivo de verificar a consistência das informações descritas nos relatórios técnicos Final e Parcial, na medida do possível.

É importante destacar que o trabalho de acompanhamento do projeto é de caráter técnico, cabendo ao Departamento de Prestação de Contas analisar com mais profundidade a prestação de contas enviada pelas empresas e pelos agentes operacionais. O Departamento de Prestação de Contas precisa estar em constante contato com o DAEN, e vice-versa, pois nos casos em que são verificados problemas na prestação de contas, os analistas responsáveis pelo acompanhamento do projeto ou do agente precisa entrar em contato com as instituições solicitando a resolução do problema.

Primeiros Resultados do Programa Prime

Os dados e resultados iniciais e parciais do Programa foram consolidados em forma de relatórios e indicadores. É importante destacar, no entanto, que a avaliação final do Prime ainda não foi realizada, pois o prazo máximo de entrega dos Relatórios Técnicos Finais ainda não foi atingido, portanto, algumas empresas ainda não entregaram seus RTF's. Por conta disso, não foi possível levantar informações consolidadas sobre quais foram os melhores e piores projetos, ou que agentes operacionais apresentaram os melhores ou piores desempenhos finais.

Em termos de documentos de controle interno, são os indicadores de desempenho elaborados pela FINEP (chamados de "itens de controle") que fornecem uma visão geral do desempenho dos agentes de acordo com os itens avaliados até o dado momento, por meio de informações coletadas durante o período de acompanhamento. Além dos indicadores de desempenho há informações provenientes de relatórios operacionais eventualmente solicitados aos agentes, e dados levantados durante o Workshop Prime, realizado no final do ano de 2010, no Rio de Janeiro. O evento reuniu representantes de todas as incubadoras e a equipe da FINEP responsável pelo acompanhamento do programa para que fosse realizada uma análise das forças, fraquezas do Prime.

O programa Prime usou como instrumento de gestão das informações em nível nacional o Portal da

Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime): primeiros resultados

Inovação, espaço na Web criado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), a pedido do MCT, com o objetivo de desenvolver uma plataforma tecnológica integrada de sistemas de informação, bases de dados e sistemas de conhecimento para especialistas, grupos de pesquisa, Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTI's) e empresas (Portal da Inovação, p. 1, 2009). Segundo documentos internos da FINEP foram cadastradas no Portal Inovação 3159 empresas nascentes (até 2 anos de existência) abrangendo 26 unidades da federação e mais de 330 municípios em todo o Brasil. Dessas 3159 empresas cadastradas no Portal, foram contratadas **1380**.

Como foi citado anteriormente, no Workshop Prime foi solicitado aos agentes que apresentassem uma análise dos pontos fortes e fracos do programa de acordo com o que foi observado por cada uma das equipes de gestores responsáveis pela operacionalização do Prime nas diferentes incubadoras. Uma das principais fraquezas levantadas foi o Portal da Inovação. Segundo os dirigentes das incubadoras, foram encontradas dificuldades de acesso ao Portal, apresentação de informações imprecisas ou desatualizadas, o padrão do sistema não atendia às necessidades e características dos agentes e não foi capaz de promover a integração entre os 17 agentes operacionais.

Por se tratar de um programa descentralizado que envolve incubadoras e empresas nascentes de base tecnológica, a falta de integração entre os agentes representa uma grande perda em termos de formação de rede de empreendedores e incubadoras. A formação de redes poderia enriquecer a troca de conhecimento, fortalecer o *networking*, aumentar a prospecção de novos clientes, colaborar para a troca de experiências – tanto positivas quanto negativas – entre os agentes na operacionalização do programa junto à FINEP e às empresas, além de ajudar a padronizar a forma como as informações referentes ao Prime foram organizadas e tratadas pelos diferentes agentes.

Por não haver um sistema de apoio à gestão eficiente específico para o Prime (alternativo ao Portal da Inovação, já que este recebeu diversas críticas), cada agente operacional gerenciava e tratava as informações referentes ao programa de forma particular e distinta, de acordo com o seu próprio sistema de informação de apoio à gestão. Isso fez com que uma mesma informação pudesse apresentar uma interpretação diferente para cada agente, cabendo à equipe técnica de acompanhamento da FINEP analisar e orientar as incubadoras na padronização das informações prestadas à FINEP a fim de evitar distorções na análise e avaliação de desempenho dos agentes. Ressalta-se que as avaliações realizadas e os indicadores elaborados foram feitos com base de dados padronizada, porém, esse trabalho poderia ter sido mais eficiente caso existisse um sistema de informação já padronizado para todos os agentes.

O Gráfico 1 apresenta uma visão geral da quantidade de empresas que participaram das etapas do Programa, desde o cadastramento até a contratação.

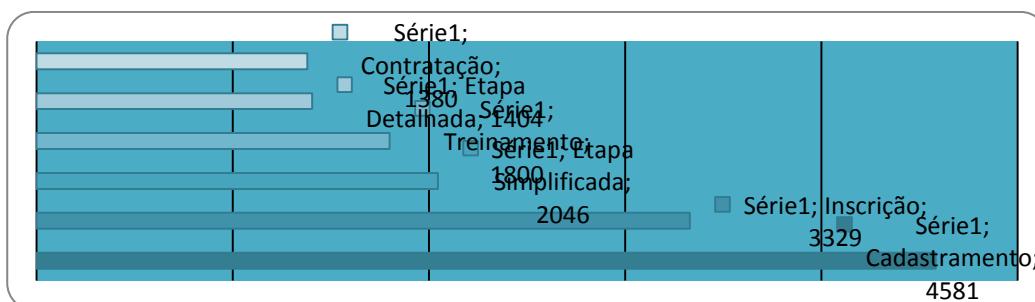


Gráfico 1: N° de empresas por etapa

Fonte: Avaliação Prime (2010)

A meta de contratação pelos agentes era de 1.895 empresas. Como foram contratadas 1.380, o desvio em relação à meta foi de 27%. Observa-se que há uma quantidade significativa de perdas de empresas entre as

etapas, principalmente entre as etapas iniciais (Cadastramento – Inscrição; Inscrição – Etapa Simplificada). A equipe da FINEP solicitou aos agentes que enviassem, de forma padronizada, os principais motivos levantados de perda entre as etapas. Ou seja, procurou-se saber quais eram os diversos motivos que faziam com que as empresas não avançassem de uma etapa para a outra.

De acordo com os relatórios enviados pelos agentes no ano de 2010, os principais motivos foram: empresas fora do perfil exigido pelo edital; empresas sem registro formal; não envio de documentação; desistência por perda de interesse em participar do Prime; atraso com os prazos estipulados; não comparecimento ao treinamento; projetos fora do perfil, ou seja, sem conteúdo inovador ou com baixo potencial de mercado e plano de negócio mal elaborado. Além disso, houve irregularidades na execução financeira de alguns projetos, como a ausência de notas fiscais das consultorias e desembolsos além dos estipulados pelo edital.

A maior parte desses problemas levantados poderia ser resolvida facilmente. Pela natureza dos principais motivos de perda entre as etapas, pode-se perceber certa falta de habilidade e organização gerencial dos empreendimentos cadastrados. Além disso, um dos motivos apresentados pelos agentes operacionais durante o Workshop Prime foi a falta de clareza das informações a respeito do programa e nos procedimentos a serem realizados no Portal da Inovação. Constatou-se ainda que das empresas cadastradas no Portal da Inovação, quase 2700 empresas nunca receberam qualquer tipo de apoio financeiro, seja da FINEP, de fundações de apoio à pesquisa ou mesmo de bancos privados. Isso demonstra pouca familiaridade com a busca por financiamento com capital de terceiros e evidencia os problemas - que já foram abordados neste trabalho - de acesso dos empreendimentos nascentes a informações sobre o mercado, às linhas de crédito e financiamento público e da necessidade de uma melhor capacitação gerencial. Além de evidenciar problemas de acesso a informações e sobre formas de financiamento, esse dado confirma o que foi exposto na seção que abordou sobre as principais formas de financiamento às empresas nascentes, entre as quais se destacam os investimentos informais e o capital próprio (DORNELAS, 2005; GEM, 2010, p.62) para o financiamento de empresas nascentes.

Outro dado levantado pela Avaliação Prime (2010) confirma a existência de outra lacuna no apoio a novos empreendimentos, que é a taxa 62% de empreendimentos contratados, mas não incubados. Contudo, não foram pesquisados até o momento os motivos dessas empresas não terem sido incubadas. Percebe-se que a maioria das empresas participantes eram empresas que não recebiam apoio de incubadoras. Com o Prime, essas empresas - antes não incubadas - podem ter acesso ao apoio dessas instituições, o que aumenta a probabilidade de sucesso do empreendimento no mercado.

A Tabela 4 apresenta dados sobre a região do país onde estão localizados os agentes, a quantidade de empresas contratadas e os valores repassados da FINEP aos agentes e dos agentes às empresas contratadas.

Agente	Estado	Região	Empresas contratadas	Valor repassado aos Agentes	Valor repassado às empresas
PUC-RIO	RJ	Sudeste	64	R\$ 12.227.500,80	R\$ 7.680.000,00
BIO-RIO	RJ	Sudeste	65	R\$ 12.227.500,80	R\$ 7.800.000,00
COPPETEC	RJ	Sudeste	38	R\$ 12.227.500,80	R\$ 4.560.000,00
FVE	SP	Sudeste	90	R\$ 12.227.500,80	R\$ 10.800.000,00
CIETEC	SP	Sudeste	106	R\$ 12.227.500,80	R\$ 12.720.000,00
FIPASE	SP	Sudeste	89	R\$ 10.189.584,00	R\$ 10.680.000,00
BIOMINAS	MG	Sudeste	79	R\$ 12.227.500,80	R\$ 9.480.000,00
FUMSOFT	MG	Sudeste	117	R\$ 12.227.500,80	R\$ 1.404.000,00
FINATEL	MG	Sudeste	66	R\$ 7.867.232,80	R\$ 7.920.000,00
GENE	SC	Sul	120	R\$ 12.227.500,80	R\$ 14.400.000,00

Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime): primeiros resultados

CERTI	SC	Sul	118	R\$ 12.227.500,80	R\$ 14.160.000,00
FAURGS	RS	Sul	98	R\$ 12.227.500,80	R\$ 11.760.000,00
PUC-RS	RS	Sul	58	R\$ 10.189.584,00	R\$ 6.960.000,00
CIDE	AM	Norte	67	R\$ 12.227.500,80	R\$ 8.040.000,00
CISE	SE	Nordeste	32	R\$ 10.189.584,00	R\$ 3.840.000,00
CESAR	PE	Nordeste	75	R\$ 9.600.000,00	R\$ 9.000.000,00
PAQTC-PB	PB	Nordeste	98	R\$ 12.001.683,40	R\$ 11.760.000,00
Total			1380	R\$ 194.540.177,00	R\$ 152.964.000,00

32

Tabela 4: Quadro-resumo dos agentes contratados por região do país

Fonte: *Elaboração própria (baseada em dados internos da FINEP, 2011)*

Os agentes estão localizados, principalmente, nas regiões Sudeste, Sul, Norte e Nordeste. Percebe-se um desequilíbrio em relação à distribuição de incubadoras por região do país. Pela Tabela 4, pode-se observar que a maior parte das incubadoras contratadas pelo Prime estão concentradas nas regiões Sul e Sudeste.

A maior incidência de incubadoras nas regiões sul e sudeste pode ser explicada pela maior concentração de centros de pesquisa e instituições de ensino superior nessas regiões (LAHORQUE & HANEFELD *apud* FRANCO *et al*, 2009), o que resulta em maior produção científica e tecnológica, além de uma maior articulação desses agentes com instituições privadas. Essas regiões também são mais desenvolvidas economicamente por questões geográficas, políticas e históricas, além do aspecto demográfico.

De acordo com dados do Censo realizado pelo IBGE em 2010, a população estimada das regiões sul e sudeste soma 107.738.539 milhões de habitantes, o que equivale a 56,5% de toda a população brasileira. As regiões norte, nordeste e centro-oeste somam um total de 82.994.155 milhões de habitantes, ou 43,5% da população brasileira. Além disso, pela classificação de Hierarquia Urbana, do IBGE, Rio de Janeiro e São Paulo são consideradas Metrôpoles Globais, e suas áreas de influência ultrapassam as fronteiras de suas regiões e até mesmo do País. Desta forma, é natural que essas regiões atraiam e abriguem um maior número de empresas, que sejam “berço” de um maior volume de negócios, que sejam foco dos principais investimentos e figurem com o maior número de iniciativas de natureza científica e tecnológica. Além disso, existe a questão da acessibilidade, infraestrutura e meios de transporte e comunicação, além da maior disponibilidade de mão-de-obra qualificada nas regiões sul e sudeste do país.

Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria, em 2011, identificou que, entre as empresas consultadas, a falta de mão-de-obra qualificada atinge principalmente as pequenas empresas (70%). O perfil da amostra foi de 1.616 empresas, sendo 931 pequenas, 464 médias e 221 grandes. Esse percentual pode ser resultado da dificuldade que as pequenas empresas, principalmente as empresas nascentes, possuem de atrair profissionais experientes e com a capacitação adequada para atuar no negócio. Na mesma pesquisa realizada no ano de 2007, constatou-se que entre as regiões do Brasil, o centro-oeste se destacou como a região com maior falta de mão-de-obra qualificada (64% das empresas consultadas), enquanto o sudeste apresentou o menor dos percentuais (54%). Apesar de possuir o menor percentual na pesquisa realizada entre as regiões do país, o número ainda pode ser considerado elevado.

A idéia da FINEP ao operar o Prime de maneira descentralizada é ampliar a abrangência do Programa, permitindo que empresas de todas as regiões tenham acesso a ele. Sendo assim, empresas de estados do centro-oeste, por exemplo, que não possui uma incubadora conveniada participante do Prime pode inscrever-se na incubadora que for mais conveniente em termos de acesso para a empresa, ou seja, nada impede que as empresas cujos estados não possuam agentes operacionais descentralizados procurem agentes de outros estados. O que não pode ocorrer, pelas regras do Programa, é o envio de propostas de uma empresa para mais de um agente operacional. Embora as incubadoras possuam cobertura regional, um dos principais elementos de dificuldade de acesso ao Prime identificados pelos agentes operacionais reside na não

disponibilidade do Programa em todo o território nacional, o que faz com que representantes de empresas localizadas em estados que não possuem um agente operacional Prime precisem se deslocar para outros estados a fim de viabilizar sua participação no programa. A Tabela 5 mostra o número de empresas contratadas por estado e região do país:

Sudeste	695	Nordeste	204
SP	298	PE	72
MG	245	PB	65
RJ	146	BA	20
ES	6	RN	20
Sul	397	SE	11
SC	195	AL	9
RS	158	CE	7
PR	44	Centro-Oeste	18
Norte	66	GO	7
AM	53	DF	6
PA	8	MS	4
TO	4	MT	1
AP	1		
Total			1380

Tabela 5: Nº de empresas contratadas por estado

Fonte: Elaboração própria baseada em dados internos da FINEP, 2010

Pela observação das informações da tabela anterior, verifica-se que a região sudeste foi responsável por 50,4% de todas as contratações feitas, seguida pela região sul, com 28,8%, região nordeste, com 14,8%, norte, com 4,8% e centro-oeste, com apenas 1,3%. Apenas os estados de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina foram responsáveis por 54% das contratações do Programa o que, somado aos percentuais descritos acima, confirmam a grande concentração de empresas contratadas nas regiões sul e sudeste. A participação “tímida” dos estados da região centro-oeste se deve ao fato de não haver nesta região um agente operacional descentralizado, o que dificulta o acesso das empresas ao Programa, e isso se dá não apenas por conta de barreiras físicas, como a distância, mas também pela baixa divulgação e acesso limitado às informações sobre o financiamento do Prime.

Quanto ao volume de recursos distribuídos a cada região, tem-se a seguinte formatação:

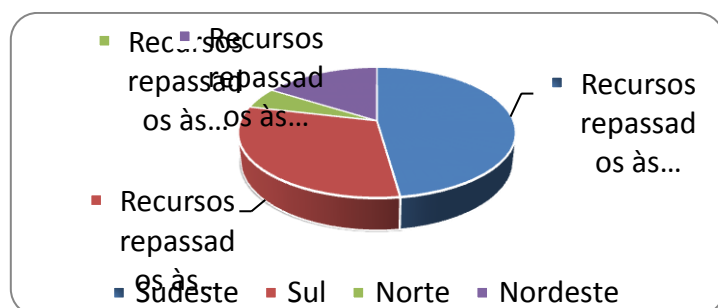


Gráfico 2: Recursos repassados às empresas por região da incubadora

Fonte: Elaboração própria baseada em dados internos da FINEP, 2011

Confirmando o desequilíbrio existente entre as regiões do país, quase 80% dos recursos do Prime (aproximadamente R\$ 155.632.141,00) estão concentrados nas regiões sul e sudeste. Apesar de serem essas as regiões que atraem o maior volume de investimentos, tanto públicos quanto privados, e que abrigam a maior quantidade de iniciativas de C&T, o objetivo do Prime era diminuir a desigualdade entre as regiões do

Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime): primeiros resultados

país. Esse objetivo, porém, não foi completamente atingido, haja vista o desequilíbrio na distribuição dos recursos entre as regiões.

Apesar de não ter sido completamente atingido o objetivo de distribuir de forma menos desigual os recursos do programa, o Prime possui o mérito de ter sido o primeiro programa de subvenção econômica à inovação a operar nesta escala, tanto de quantidade de empresas nascentes contempladas, quanto de volume de recursos. Além disso, por meio das incubadoras como agentes operacionais, houve a possibilidade de fortalecer a atuação dessas instituições em suas respectivas regiões, e também aumentar a capacidade de apoio às empresas nascentes dessas incubadoras, o que foi feito com o repasse de recursos destinados à estruturação das incubadoras para que estas pudessem operacionalizar o programa.

O Prime também incentivou que as incubadoras divulgassem o programa e buscassem empresas além das fronteiras estaduais ou municipais. A quantidade de empresas de outros estados atendidas pelas incubadoras foi um dos indicadores utilizados pela FINEP para medir e avaliar o desempenho dos agentes operacionais. Neste item, a incubadora com o maior número de empresas inscritas de outros estados foi a CERTI (SC). A seguir são mostrados os números de cada uma das incubadoras.

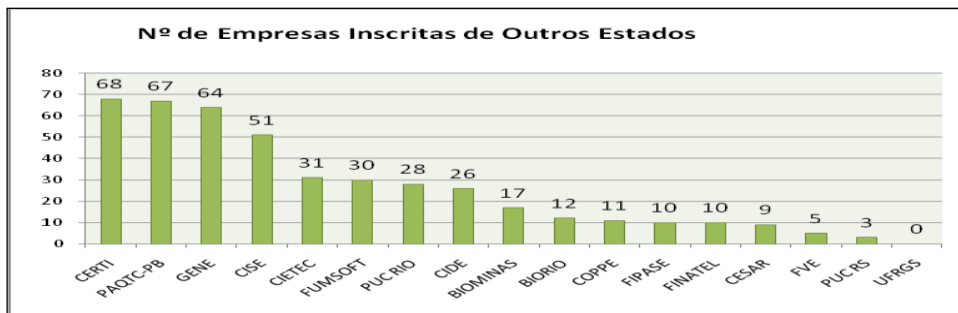


Gráfico 3: Número de empresas contratadas oriundas de outros estados

Fonte: Elaboração própria com base em dados internos – FINEP (2010)

A FINEP também avaliou a proporção entre o número de empresas contratadas em relação ao número de funcionários da equipe da incubadora responsável pela operacionalização do Prime. Este é um item importante para o desempenho do agente, pois pode afetar diretamente a qualidade do acompanhamento das empresas realizado pelas incubadoras. Quanto maior o número de empresas por funcionário, maior é a possibilidade de que as demandas geradas pelos projetos acompanhados e pela FINEP às incubadoras sejam atendidas com menos prontidão e qualidade, em face ao volume excessivo de trabalho a ser executado por pessoa. Por outro lado, as incubadoras que apresentam uma proporção mais baixa de empresas a serem acompanhadas por funcionário têm maiores possibilidades de atender às demandas geradas com de forma mais eficaz. Pelo Gráfico 4 é possível avaliar a relação empresas/funcionário apresentada por cada agente operacional.

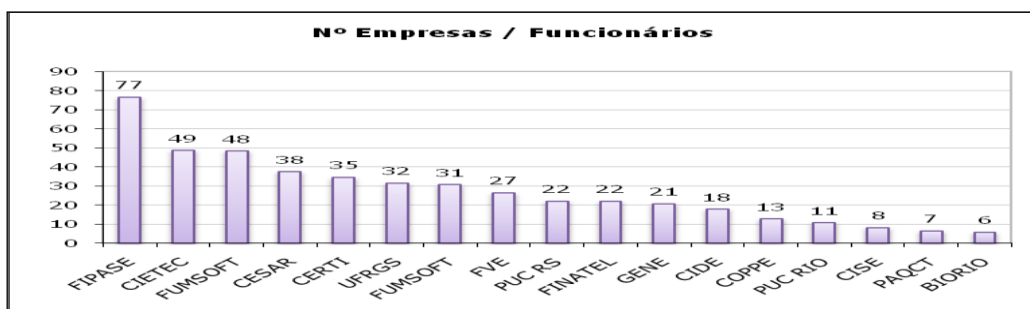


Gráfico 4: Número de empresas por funcionário

Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime): primeiros resultados

número pertencente ao setor de atividades financeiras, seguros e atividades relacionadas se deve a uma característica fundamental do Programa Prime, que é a existência de conteúdo tecnológico/innovador no produto ou processo desenvolvido no projeto apoiado. Como o setor de informação e comunicação possui elevado grau de utilização e desenvolvimento de produtos e processos com essas características, é esperado que o maior número de projetos esteja concentrado nesse setor, o que também é apoiado pela maior facilidade de desenvolvimento e aplicação desse tipo de tecnologia e o grande número de empresas existentes no setor.

Segundo estudo realizado pelo IBGE, em 2006, sobre Tecnologia da Informação e Comunicação, este setor é altamente concentrado nas grandes empresas, com 76,1% do valor gerado em empresas com 250 ou mais funcionários. Já as MPE's do setor têm um papel importante quanto à geração de postos de trabalho. Um dado interessante levantado por esse estudo é que, em 2006, as atividades do setor TIC estavam concentradas na região Sudeste no que se refere ao pessoal ocupado (65,6%) e ao valor gerado (64,4%). Em segundo lugar, aparecia a região Sul, com 13,2% do pessoal ocupado. As participações das outras regiões eram, respectivamente: Norte 7,2% e 9,6%, principalmente devido à Zona Franca de Manaus; Nordeste 6,2% e 7,4%; e Centro-Oeste 7,9% e 6,9%. Essa distribuição é coerente com os números apresentados pelo Prime no que se refere à quantidade de projetos pertencentes ao setor de informação e comunicação e à distribuição dos projetos por região, em que foi identificada a maior concentração nas regiões Sul e Sudeste.

Apesar de, segundo Baêta *et al* (2007), as agências governamentais de fomento estarem se firmando como instituições de apoio ao desenvolvimento econômico, pelos resultados consolidados da Pesquisa GEM Brasil 2010, citados anteriormente, percebe-se que ainda há muito para se avançar no que diz respeito às políticas e aos programas do governo que apóiam os novos negócios. A literatura acadêmica e evidências empíricas apontam como fundamentais para o crescimento econômico sustentável o investimento em setores mais dinâmicos da economia, como os caracterizados pela inovação e pelo alto valor agregado da produção.

A Pintec 2008 (publicada em 2010 pelo IBGE) mostrou que do total de 41.262 empresas (industriais e de serviços) que implementaram algum tipo de inovação, apenas 9.162 receberam apoio do governo, sendo que, desse subtotal, apenas 311 receberam recursos de Subvenção Econômica.

Pelo estudo realizado, pode-se dizer que uma das principais oportunidades criadas pelo Prime é justamente o apoio que proporciona a empresas nascentes de investir em um projeto específico, com recursos de subvenção econômica (não reembolsáveis) e, ao mesmo tempo, oferecer recursos de apoio à gestão do empreendimento. Como muitas das empresas contratadas nunca havia recebido nenhuma forma de financiamento público ou privado, o Prime pode servir como experiência para essas empresas e incentivo para que aprimorem sua gestão financeira e busquem outras formas de financiamento para o negócio.

Além da questão financeira, o Prime permite que as empresas, de uma forma ou de outra, passem a fazer parte de um grupo de empreendedores, reunidos pela incubadora, o que facilita a articulação de redes, troca de experiências e conhecimentos, ampliação do *networking* etc. A vinculação com a incubadora torna-se, também, uma forma a mais de apoio ao negócio. Como observou Dornelas (2005), o processo de incubação insere o empreendedor em uma rede onde aumentam as chances de interação e articulação com universidades, centros de pesquisa, agências de apoio e fomento e outros empreendedores.

O *feedback* fornecido às empresas que têm seus projetos acompanhados pela equipe de gestão das incubadoras e pela FINEP também é uma oportunidade para que as empresas repensem a sua forma de atuação, dêem maior atenção a aspectos anteriormente não relevados, implementem melhorias e identifiquem mais forças, fraquezas, ameaças e oportunidades. Esse *feedback* é uma “via de mão dupla”, porque pode vir tanto das empresas e agentes para a FINEP, sob a forma de sugestões para futuros programas, avaliação da forma como é feito o acompanhamento e avaliações etc.; da FINEP para os agentes e às empresas, sob forma de sugestões de como melhorar a atuação desses atores, ajuda na identificação de

oportunidades e preparação para que essas instituições participem de outros programas de financiamento público.

Em consonância com o que foi descrito no referencial teórico, na seção que aborda as dificuldades enfrentadas pelas empresas nascentes, o Prime pode colaborar para o fortalecimento do empreendedor por oportunidade, na medida em que o projeto financiado pode ser uma oportunidade de mercado identificada pelo empreendedor que ajudará a alavancar as operações da empresa, e que poderia não ser viável financeiramente sem os recursos do programa Prime.

Além disso, o Prime – como financiamento público de subvenção econômica – apesar de considerar a solidez da empresa, tem foco no projeto a ser financiado. Como foi abordado ao discutir as principais formas de financiamento às empresas nascentes, Melo *apud* Barragat (2008) lembra que nem todos os projetos desenvolvidos por essas empresas despertam o interesses de capitalistas de risco ou de outros investidores, o que aumenta a importância de programas de subvenção pública à inovação, como o Prime.

Considerações finais

A pesquisa e a avaliação dos resultados parciais do Programa Prime realizadas neste trabalho teve como um dos principais objetivos contribuir para que se conheça em que estágio está o programa, fornecendo uma visão geral sobre o seu funcionamento, seus principais atores e sua operacionalização que, por ventura, poderão servir como base para alterações posteriores que possam vir a contribuir para o seu fortalecimento, ou a elaboração de outros programas voltados ao apoio a empresas nascentes.

Conforme observado na cobertura regional e setorial atingida na sua primeira rodada, o programa PRIME teve comportamento semelhante ao já observado por Lerner (1999), quando da análise do programa norte-americano SBIR (*Small Business Innovation Research*). Os programas dedicados ao suporte a *startups* são mais bem sucedidos onde há proximidade geográfica de estrutura de financiamento (crédito ou investimento), o que foi verificado na grande concentração sul-sudeste.

Outro elemento comum em qualquer carteira, apoiada por órgão público ou privado, é a da predominância de empresas de serviços, principalmente de tecnologias de informação e comunicação (TIC's), o que foi confirmado pela predominância de quase 37% das empresas contratadas na área de Tecnologia da Comunicação e Informação.

Dados os primeiros resultados do PRIME, podemos inferir uma série de indicadores para melhoria do programa e/ou estudos posteriores. Como observado, é de grande utilidade e contribuição para a melhor gestão de um programa dessa escala um sistema de informação padronizado, que possa garantir informações mais consistentes, mais acessíveis e com maior tempestividade; proporcionar um maior controle, tanto da FINEP em relação às incubadoras, quanto das incubadoras sobre as empresas contratadas; criar e fortalecer uma rede de empreendedores e incubadoras, promovendo uma maior integração e troca de conhecimentos entre os atores envolvidos no programa.

É possível aproveitar os casos de incubadoras que mais obtiveram resultados positivos para liderança de redes de aprimoramento e consultoria, utilizando inclusive recursos de Tecnologias de Informação para a troca de experiências e conhecimentos. Pode-se ainda estruturar em rede as MPE's empreendedoras envolvidas no processo para compartilhar experiências, bem como fazer uso do cadastro do sistema para oferecer seus produtos e processos além dos espaços regionais que ocupam, podendo, no limite, ser de uso das embaixadas brasileiras para canal de internacionalização.

Há a necessidade de estruturar e implementar a capacitação dos gestores dos negócios para pequenas empresas, podendo ser testados o uso de empresas juniores de escolas de administração em convênio com o IEL. A capacitação dos gestores se mostra fundamental para a sobrevivência e consolidação do negócio, à

Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime): primeiros resultados

busca de formas de financiamento e apoio alternativas e, para uma gestão financeira mais eficiente, o que se mostra fundamental para qualquer empresa, principalmente em sua fase inicial de desenvolvimento, quando seus recursos são, na maioria das vezes, extremamente escassos e os custos para manutenção do negócio, elevados, constituindo-se em uma grande barreira de entrada no mercado.

Percebeu-se que a maior parte das empresas participantes do programa não eram empresas incubadas (62%), e que, das empresas que se inscreveram no Portal da Inovação, 2700 nunca havia buscado qualquer tipo de financiamento, seja público ou privado. É necessário que se faça uma pesquisa mais específica junto a essas instituições para que sejam levantados com mais precisão os reais motivos que levam a esses números. Mas, pode-se dizer, inicialmente, com base em estudos anteriormente abordados neste trabalho, que parte desse resultado se deve ao acesso precário a informações sobre o mercado e sobre as formas de apoio às MPE's, o que está atrelado à baixa capacitação gerencial dos empreendedores e a falta de um maior fomento à cultura empreendedora – que poderia prover os empreendedores de maiores informações e ajudá-los a identificar, desta forma, maiores e melhores oportunidades no mercado.

Pela pesquisa bibliográfica realizada neste trabalho, percebeu-se que os sistemas financeiros estão focados no apoio às empresas, e não aos projetos; a análise de projetos é prática predominante de agências que financiam o desenvolvimento industrial. Partindo-se dessa constatação, os subsídios dados à inovação por parte do governo são importantes instrumentos de apoio a projetos de C&T que podem ser considerados estratégicos para o desenvolvimento industrial do país (MELO *apud* BARRAGAT, 2008). Neste sentido, destaca-se, principalmente, que:

Os principais problemas levantados pelos agentes operacionais a respeito do Prime são referentes à falta de um sistema de informação padrão e integrado para o gerenciamento do Programa Prime. Por conta da ausência deste instrumento, a integração entre os atores (empresas, incubadoras e FINEP) é prejudicada, deixando de ser aproveitado de forma mais eficiente o potencial da integração dessas instituições. Também houve problemas no repasse das informações acerca do programa e na realização dos procedimentos em cada etapa do Prime no Portal da Inovação, já que este se mostrou pouco claro, ineficiente e apresentou problemas técnicos.

As empresas que apresentaram maior participação no Programa Prime foram as empresas do setor da CNAE de informação e comunicação, com aproximadamente 37% dos projetos contratados. A distribuição de contratações por região do país mostrou-se desigual, prevalecendo as contratações nas regiões sul e sudeste, com 28% e 50% das contratações, respectivamente. Juntas, essas regiões concentram quase 80% dos projetos contratados e também dos recursos repassados pelo Prime, o que soma aproximadamente R\$ 155.632.141,00.

As principais forças e oportunidades que o Programa Prime traz para as empresas nascentes são: a maior possibilidade de integração entre as empresas, incubadoras e agências de fomento; fortalecimento do empreendedor por oportunidade; alocação de recursos em projetos de inovação que, pelo risco, podem não ser interessantes o suficiente para obter financiamento de capitalistas de risco ou outros investidores; o *feedback* fornecido à empresa pela incubadora e pela FINEP, que pode servir como uma oportunidade de melhoria em seus produtos e processos, e até da sua forma de atuação no mercado e relação com parceiros e clientes.

Por fim, a principal limitação desta pesquisa foi o fato de o Prime ainda não ter sido encerrado, o que impossibilita a realização de uma análise mais detalhada e conclusiva acerca dos resultados obtidos com o programa. Por conta disso, há algumas sugestões para trabalhos futuros que contribuiriam para enriquecer ainda mais o conhecimento sobre o Prime e o seu impacto na política desenvolvida no Plano de Ação 2007 – 2011 do MCT.

Com a conclusão do programa será possível avaliar que empresas obtiveram maior sucesso com o projeto

financiado pelo Prime, e avaliar de que forma esses projetos foram conduzidos, que fatores foram considerados decisivos para o seu sucesso; poderiam ser realizadas pesquisas em uma amostra de empresas que receberam recursos do programa para que elas identifiquem quais as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do programa; também poderiam ser realizados estudos de caso, tanto com as incubadoras, quanto com as empresas que participaram do programa, a fim de se verificar como ele foi percebido por cada instituição e que resultado produziu para a empresa, principalmente para a gestão do empreendimento, que é o objetivo principal do Prime. Também, tendo à disposição resultados do programa Prime após o seu encerramento e avaliação, poderia ser feita uma comparação com resultados de programas equivalentes em outros países, principalmente nos da América Latina. Essas são apenas algumas sugestões de estudos entre diversas outras possibilidades que contribuiriam para que o estudo do empreendedorismo e financiamento público continue sendo realizado com cada vez mais detalhes e qualidade no país.

Referências

- ALLI, Sérgio; SAUAYA, Thaís. **Como Fortalecer a Responsabilidade Social Entre as Grandes e Pequenas Empresas**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.
- BAËTA, Adelaide M. C.; BAËTA-LARA, Flavia M. C.; MELO, Valdênia S. **Financiamento da inovação: uma estratégia competitiva**. São Paulo, PUC-SP, Revista Administração em Diálogo, v.8, nº 1, 2006. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rad/issue/view/46>>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- BANCO MUNDIAL, 2011.** Relatório Anual *Doing Business* 2011. Disponível em: <<http://www.doingbusiness.org/~media/FPDKM/Doing%20Business/Documents/Annual-Reports/English/DB11-FullReport.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2011.
- BARRAGAT, Alexandre Zuccolo. **Estudo comparativo entre a subvenção operada pela FINEP e programas correlatos de subsídios em países desenvolvidos**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 124 f. Mestrado em Administração Pública – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- BEUREN, I. M., SCHLINDWEIN, A. C., PASCUAL, D. L. **Abordagem da Controladoria em Trabalhos Publicados no EnANPAD e no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade de 2001 a 2006**. Revista de Contabilidade & Finanças da USP. São Paulo, n.45, p. 22 – 37, set/dez. 2007.
- BOTELHO, Antônio J. J. Onde estão e como trabalham os investidores anjo? Como captar investidores sem correr o risco de roubarem a sua ideia?. **Pequenas Empresas & Grandes Negócios**. Rio de Janeiro, 21 mar. 2011. Seção Divã do Empreendedor. Disponível em: <<http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,,DMS0-17161,00DIVA+DO+EMPREENDEDOR.html>>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- BRESSAN, Cyndia Laura. **Mudança Organizacional: uma visão gerencial**. In: I Seminário de Gestão de Negócios da UniFAE Centro Universitário. Curitiba: UniFAE, 2004. Disponível em: <www.fae.edu/publicacoes/pdf/art_cie/art_25.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- CAMARGO, Marcelo N. **Programa Prime, alavancando o empreendedorismo inovador**. Rio de Janeiro: FINEP, 2010.
- CEIA, Alessandro Maia; SPRITZER, Ilda Maria de Paiva. **Análise de gestão da Incubadora de Empresas de Teleinformática do CEFET/RJ: um estudo de caso**. In: XXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Porto Alegre, RS, 29 de outubro a 01 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2005_Enegep0803_1032.pdf>.
- CETEM, 2009. **O Observador**. v.4. São Paulo: CETEM, 2009.
- Classes C e D representam mercado superior a R\$ 800 bi. **Revista VEJA**. Brasil, Nov. 2010. Seção Notícia/Economia. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/classes-c-e-d-ja-representam-mercado-superior-a-r-800-bilhoes>>. Acesso em 27 jun. 2011.
- CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2007. **Sondagem Especial**, v.5, nº3, set. 2007. Disponível em: <http://www.cni.org.br/porta1/data/files/8A9015D015E3BBB80115F65693CB703E/Sondagem%20Especial%20M%C3%A3o%20de%20obra.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2011.

Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime): primeiros resultados

- _____. **Sondagem Especial**, v.9, nº 2, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.cni.org.br/portal/data/files/FF8080812F2B6392012F2B7587E33464/Sondagem%20Especial%20falta%20de%20trabalhador%20qualificado%20-%20abril%202011.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2011.
- DONATTI, Leandro. Aumentar participação no PIB é desafio para PME's. **Portal EXAME**. América Latina, 6 out. 2010. Seção PME. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/pme/noticias/aumentar-participacao-pib-desafio-pequenas-empresas-602381>>. Acesso em: 27 jun. 2011.
- DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios.2**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- _____. **Planejando incubadoras de empresas: como desenvolver um plano de negócios para incubadoras**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- _____. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios.3**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- FICHARD, Carina. **Mecanismos de Fomento ao microempreendedorismo a luz dos exemplos internacionais**. Rio de Janeiro: IETS, 2008. Disponível em: <http://www.iets.org.br/article.php?id_article=1292>. Acesso em: 15 jun. 2011.
- FINEP**. Breve apresentação da empresa. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/o_que_e_a_finep/a_empresa.asp>. Acesso em: 2 abr. 2011.
- FINEP**. Breve descrição das áreas, 2011. Disponível em: <http://intranet.ad.finep.gov.br/finep_online/gestao_processos/index.asp>. Acesso em: 15 jun. 2011.
- FINEP**. Descrição sobre o Programa Prime. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/programas/prime.asp>>. Acesso em: 5 abr. 2011.
- FINEP**. Descrição sobre os Programas da FINEP. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/programas/programas_ini.asp>. Acesso em: 5 abr. 2011.
- FIRJAN, 2010. **Quanto Custa Abrir um Negócio no Brasil?**. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC29FF3435012A00DEA3203CCC.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2011.
- FPTI – FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DE ITAIPU, 2007. **Glossário Geral FPTI**. Disponível em: <www.pti.org.br/system/files/file/Glossario_Geral_FPTI.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2011.
- FRANCO, Juliana; FARID, Marcelo *et al.* **Evolução do número de incubadoras de empresas no Brasil e sua distribuição regional: uma análise através do modelo log-linear de taxas de crescimento**. In: XIX Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas. Florianópolis, Santa Catarina, 26 a 30 de out. 2009.
- GEM - GLOBAL ENTREPRENEUR MONITOR, 2009. **Empreendedorismo no Brasil 2009**. Disponível em: <http://www.gemconsortium.org/files.aspx?Ca_ID=123>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- GEM - GLOBAL ENTREPRENEUR MONITOR, 2010. **Empreendedorismo no Brasil 2010**. Disponível em: <http://www.gemconsortium.org/files.aspx?Ca_ID=123>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- GOUVÊA, Raphael Rocha; LIMA, Gilberto Tadeu. **Mudança Estrutural e Crescimento sob Restrição Externa na Economia Brasileira: 1962-2006**. In: XXXVI Encontro Nacional de Economia. Bahia, Salvador, 9 a 12 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/0004df563095297a649cea6af3c37a37991.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- IBGE, 2009. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2011.
- IBGE**. Censo 2010: Primeiros dados do Censo 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php>. Acesso em: 19 jun. 2011.
- IBGE**. Comissão Nacional de Classificações: informações sobre a CNAE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/concla/cnae/cnae.php?sl=1>>. Acesso em: 19 jun. 2011.
- IBGE**. IBGE divulga estudo inédito sobre setor de Tecnologia da Informação e Comunicação no país, 2006. Seção Sala de Imprensa. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1344&id_pagina=1>. Acesso em: 22 jun. 2011.
- LAHOZ, André. Para Enfrentar a Fera. **EXAME** (Revista Eletrônica). São Paulo, 25 ago. 2004. Seção Economia. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0825/noticias/para-enfrentar-a-fera-m0051658>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

- LAVARDA, Rosalia Aldraci Barbosa; ARAUJO, Marcilene Feitosa *et al.* **Como práticas estratégicas podem proporcionar mudança incremental: um estudo dos eventos da FAA/Boa Vista – RR.** In: XIII SEMEAD, set. 2010. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=667>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- LERNER, Josh. **The Government as Venture Capitalist: The Long-Run Impact of the SBIR Program.** Chicago: Journal of Business, v. 72, nº 3, pp. 285-318, jul/1999. Disponível em: <<http://www.journals.uchicago.edu/JP/home.html>>. Acesso em: 22 jun. 2011.
- LOPES, Angelo. **Evolução do Sistema Financeiro Brasileiro: os esclarecimentos dos principais fatos que mudaram os sistemas financeiros e bancários no Brasil.** São Paulo: Edições Inteligentes, 2003.
- LUNA, Francisco; MOREIRA, Sérvulo; GONÇALVES, Ada. **Financiamento à Inovação.** In: DE NEGRI, João Alberto; KUBOTA, Luís Cláudio. Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica no Brasil. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/inovacaotecnologica/capitulo05.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- MARQUES, Pedro. Atuar com classes C e D oferece desenvolvimento profissional. **IG.** São Paulo, 25 jan. 2011. Seção Economia. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/carreiras/atuar+com+classes+c+e+d+oferece+desenvolvimento+profissional/n1237967165461.html>>. Acesso em: 27 jun. 2011.
- MCT - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2000. **Manual para Implantação de Incubadoras de Empresas.** Disponível em: <www.incubaero.com.br/download/manual_incubadoras.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- MCT - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Portal da Inovação, 2011. Apresenta informações gerais sobre o Portal da Inovação. Disponível em: <[http://www.portalinovacao.mct.gov.br/pi/#/pi/conteudo\\$MjE5MA==LINKS](http://www.portalinovacao.mct.gov.br/pi/#/pi/conteudo$MjE5MA==LINKS)>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- MCT. Apresenta o Programa Nacional de Incubadoras e define tipos de incubadoras. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/5228.html>>. Acesso em: 12 abr. 2011.
- MIZUMOTO, Fábio Matuoka; ARTES, Rinaldo; LAZZARINI, Sérgio Giovanetti; HASHIMOTO, Marcos; BEDÊ, Marco Aurélio. **A sobrevivência de empresas nascentes no estado de São Paulo: um estudo sobre capital humano, capital social e práticas gerenciais.** Revista de Administração, São Paulo, v.45, n.4, p.343-355, out./nov./dez. 2010. Movimento Empreendedor. **Portal ABVCAP.** Rio de Janeiro, mar. 2011. Seção Sala de Imprensa. Disponível em: <<http://www.abvcap.com.br/sala-de-imprensa/noticias-imprensa.aspx?id=770>>. Acesso em: 21 jun. 2011.
- NBIA. *What is Business Incubation?*. Seção Resource Library. Disponível em: <http://www.nbia.org/resource_library/what_is/index.php>. Acesso em: 21 jun. 2011.
- RECEITA FEDERAL. Informações sobre a CNAE Fiscal. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNAEFiscal/txtcnae.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2011.
- SANTOS, José Antônio Gonçalves dos. **Incubadora de Empresas e Inovação Tecnológica: Uma Análise Sob a Perspectiva de Schumpeter e dos neo-schumpeterianos.** Bahia, Estudo & Debate, Lajeado, v.11, n.2, p.47-72, 2004. Disponível em: <<http://pergamum.uesb.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- SATINSACK, Cristiane. **Estruturação, organização e Gestão de incubadoras tecnológicas.** Curitiba: CEFET-PR, 2003. 127 f. Dissertação - Pós-Graduação em Tecnologia – PPGTE, Departamento de Ensino de Pós-Graduação, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2003
- SCHUMPETER, J.A. **A Teoria do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Abril, 1982.
- SEBRAE. Definição de incubadora de empresas. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/inovacao/acoes-sebrae/incubadora-de-empresas>>. Acesso em 17 mar. 2011.
- SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas.** 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006
- TELLES, Márcia. **FNDCT Financia Áreas Estratégicas para o País.** Inovação em Pauta. Rio de Janeiro, v. 3, nº 12, pp. 11-12, 2008.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2004.